

SUMÁRIO

PREFÁCIO	5
APRESENTAÇÃO	7
AGRADECIMENTOS	9
CAPÍTULO 1 – PROCESSO TRIBUTÁRIO.....	23
1.1. ENTENDENDO O BÁSICO – FORMAS DE PROCESSO TRIBUTÁRIO	23
1.2. COMPETÊNCIA LEGISLATIVA	25
CAPÍTULO 2 – PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL.....	31
2.1. PRINCÍPIOS DO PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL.....	31
2.1.1. Princípio da legalidade.....	31
2.1.2. Impessoalidade.....	33
2.1.3. Moralidade.....	35
2.1.4. Publicidade	36
2.1.5. Eficiência.....	47
2.1.6. Inafastabilidade do Controle Jurisdicional das Decisões Administrativas	49
2.1.6.1. Coisa julgada na esfera administrativa?.....	51
2.1.6.2. Aprofundamento: Cabe ação popular para anular decisão do CARF?	60
2.1.7. Devido processo legal.....	61
2.1.8. Contraditório e ampla defesa	62
2.1.8.1. <i>Amicus Curiae</i> no Processo Administrativo Tributário.....	65
2.1.9. Duração razoável do processo	71
2.1.9.1. Aprofundamento: Da (Im)possibilidade de aplicação da prescrição intercorrente em processo administrativo fiscal (PAF) que discute penalidades aduaneiras.....	75

2.1.10.	Motivação das decisões.....	81
2.1.11.	Segurança jurídica.....	83
2.1.11.1.	Aprofundamento: <i>venire contra factum proprium</i>	86
2.2.	PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL (PAF) – FEDERAL – NÃO CONTENCIOSO:	
	CONSULTA	90
2.2.1.	Da Legitimidade para Formular Consulta.....	90
2.2.2.	Dos efeitos da consulta.....	90
2.2.3.	Dos requisitos da Consulta.....	91
2.2.4.	Da competência para a solução da consulta.....	92
2.2.5.	Da ineficácia da consulta.....	92
2.2.6.	Da solução da consulta	93
2.2.7.	Da mudança de entendimento	94
2.2.8.	Do recurso especial	94
2.2.9.	Da representação.....	95
2.3.	PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL (PAF) – FEDERAL	97
2.3.1.	Um fluxograma simplificado.....	97
2.3.2.	Fase de Instauração.....	99
2.3.3.	Fase de impugnação	107
2.3.3.1.	Aprofundamento: Formação de CDA sem processo administrativo.....	108
2.3.3.2.	Forma de Apresentação da Impugnação.....	109
2.3.3.3.	Requisitos da Impugnação.....	109
2.3.3.4.	Aprofundamento: reflexões sobre o Acesso ao Poder Judiciário ..	113
2.3.3.5.	Composição extrajudicial pela AGU x proposta de transação tributária.....	122
2.3.4.	Intimações.....	123
2.3.5.	Julgamento e questões correlatas.....	126
2.3.5.1.	Competência para Julgamento das Impugnações	126
2.3.5.2.	Prioridade de Julgamento	128
2.3.5.3.	Ordem de Julgamento e Prazos.....	129
2.3.5.4.	Livre Convencimento Motivado.....	130
2.3.5.5.	Ônus da prova	130
2.3.5.6.	Decisão do Processo Administrativo Fiscal.....	132
2.3.5.7.	Questões Preliminares	133
2.3.5.8.	Reconhecimento de Inconstitucionalidade de Norma	134
2.3.5.9.	Reconhecimento de inconstitucionalidade de ato administrativo..	139
2.3.6.	Fase recursal	139
2.3.6.1.	Embargos de declaração	141

2.3.6.1.1.	Procedimento para interposição dos embargos.....	141
2.3.6.1.2.	Admissibilidade e decisão	142
2.3.6.1.3.	Ciência do Acórdão.....	142
2.3.6.1.4.	Erros materiais	143
2.3.6.2.	Recurso Voluntário e Recurso de ofício.....	143
2.3.6.2.1.	Recurso voluntário	143
2.3.6.2.2.	Inconstitucionalidade do depósito prévio ou arrolamento de bens como condição de procedibilidade de recurso	144
2.3.6.2.3.	Recurso de ofício ou “Remessa Obrigatória”	145
2.3.6.3.	CARF	147
2.3.6.3.1.	O Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF)	147
2.3.6.3.2.	Escolha e designação de Conselheiros	148
2.3.6.3.3.	Mandato dos Conselheiros	148
2.3.6.3.4.	Presidência e Estrutura do CARF.....	148
2.3.6.3.5.	Atualizações do Regimento Interno do CARF	149
2.3.6.3.6.	Designação dos Presidentes e Vice-Presidentes.....	149
2.3.6.3.7.	O voto de qualidade no CARF	149
2.3.6.3.8.	Aprofundamento: Validade dos julgamentos proferidos no CARF com base no voto de qualidade previsto no art. 25, § 9º, do Decreto 70.235/72.....	150
2.3.6.3.9.	Aprofundamento: a impossibilidade de aplicação retroativa do artigo 28 da Lei nº 13.988/20, que adicionou o artigo 19-E à Lei nº 10.522/02.....	152
2.3.6.4.	Recurso Especial.....	156
2.3.6.4.1.	Recurso Especial.....	156
2.3.6.4.2.	Função Uniformizadora.....	156
2.3.6.4.3.	Competência e Prazos.....	156
2.3.6.4.4.	Distinção do Recurso Especial (STJ).....	157
2.3.6.4.5.	Procedimento	157
2.3.6.4.6.	Disposições do Regimento Interno.....	157
2.3.6.5.	Do Agravo.....	158
2.3.6.5.1.	Situações de não Cabimento do agravo	158
2.3.6.5.2.	Procedimento do agravo	159
2.3.6.6.	Pedido de reconsideração	160
2.3.6.6.1.	Natureza e Função	160
2.3.6.6.2.	Inadmissibilidade no Processo Administrativo Fiscal Federal	160

2.3.6.6.3.	Possibilidade nas Esferas Estaduais e Municipais....	160
2.3.6.7.	Das súmulas.....	161
2.3.6.7.1.	Edição e aprovação de Súmulas.....	161
2.3.6.7.2.	Proposição de Súmulas	161
2.3.6.7.3.	Revisão e Cancelamento de Súmulas	162
2.3.6.7.4.	Iniciativa de Súmulas.....	162
2.3.6.7.5.	Procedimento e Eficácia das Súmulas	162
2.3.6.7.6.	Efeito Vinculante das Súmulas	162
2.3.6.8.	Do pedido de desistência.....	163
2.3.6.8.1.	Procedimento de Desistência.....	163
2.3.6.8.2.	Efeitos da Desistência	163
2.3.6.8.3.	Desistência e Parcelamento	163
2.3.6.8.4.	Limitações da desistência.....	164
2.3.7.	Encerramento do PAF.....	164
2.3.8.	Cumprimento da Decisão	164
2.3.9.	Conversão de depósito em renda.....	165
2.3.10.	Insuficiência ou Excesso de Depósito.....	165
2.3.11.	Execução da perda de mercadorias ou bens.....	165
2.3.12.	Julgados relevantes.....	165

CAPÍTULO 3 – AÇÕES EXACIONAIS 169

3.1.	EXECUÇÃO FISCAL.....	169
3.1.1.	A Execução Fiscal como Instrumento Arrecadatório	169
3.1.2.	Caráter social da Execução Fiscal: isonomia e igualdade	171
3.1.3.	Formação do título executivo – CDA (arts. 1º a 3º).....	176
3.1.4.	Microsistema da Lei de Execução Fiscal e o princípio da especialidade	176
3.1.5.	Aprofundamento: nova lei de execução fiscal e o CPF/CNPJ do devedor	179
3.1.6.	A Teoria do Diálogo das Fontes: celeridade e efetividade.....	179
3.1.7.	Aprofundamento – Possibilidade de suspensão de passaporte/CNH pela Fazenda na execução fiscal: uma análise moral, jurídica e sistemática do HC 453870 julgado pelo STJ.....	184
3.1.8.	Inscrição em dívida ativa – CDA.....	196
3.1.8.1.	Conceito	196
3.1.8.2.	Execução Fiscal: crédito tributário e não tributário	198
3.1.8.3.	Inclusão de Encargos na Dívida Ativa	200
3.1.8.4.	Inscrição em dívida ativa e os seus efeitos	200

3.1.8.5.	Suspensão do prazo prescricional aplicada somente aos créditos não tributários.....	205
3.1.8.6.	Projeto de Lei 2.488/2022 – controle de legalidade	206
3.1.9.	Créditos que são inscritos em dívida ativa.....	207
3.1.9.1.	Créditos Tributários	207
3.1.9.2.	Créditos não tributários.....	207
3.1.9.3.	Aprofundamento – Multa Penal.....	219
3.1.10.	Créditos que não são inscritos em dívida ativa.....	228
3.1.11.	Elementos do termo de inscrição em dívida ativa.....	236
3.1.12.	Emenda da CDA.....	243
3.1.12.1.	Aprofundamento – pergunta-se: e caso quando proposta a execução fiscal o devedor já era falecido, pode substituir a CDA para fazer constar que a execução fiscal deve ser em face do espólio ou dos herdeiros?.....	250
3.1.12.2.	Aprofundamento: desnecessidade de alteração da CDA quando ocorre sucessão empresarial sem informar oportunamente ao fisco.....	254
3.1.13.	Efeitos práticos da inscrição em dívida ativa	259
3.1.13.1.	Aprofundamento: Fraude à execução.....	265
3.1.13.2.	Aprofundamento: Protesto extrajudicial – LC 208/2024 – Interrupção do prazo prescricional	289
3.1.13.3.	Aprofundamento: Operação de venda definitiva de patrimônio público ou “cessão de direitos creditórios” da Fazenda Pública – “Venda da CDA”	295
3.1.14.	Análise crítica da LC 208/2024.....	302
3.1.15.	Presunção de Certeza e Liquidez (art. 3º)	307
3.1.16.	Teoria da carga dinâmica do ônus da prova	308
3.1.17.	Outros julgados relevantes sobre a inscrição em dívida ativa.....	309
3.1.18.	Competência (art. 5º).....	315
3.1.18.1.	Princípio da Perpetuação da Jurisdição	315
3.1.18.2.	Breve resumo.....	316
3.1.18.3.	Do fim da competência federal delegada	318
3.1.18.4.	Do foro competente para a execução fiscal e para as ações em que Estados e Distrito Federal figurem como partes (art. 46, § 5º, e art. 52, caput e parágrafo único) – STF	323
3.1.18.5.	Outros temas relacionados à competência	326
3.1.18.6.	Competência Territorial e Material.....	326
3.1.18.7.	Declinação de Competência.....	327
3.1.19.	Conexão de Ações.....	327
3.1.20.	Legitimidade ativa e passiva (art. 4º)	330

3.1.20.1.	Legitimidade ativa.....	330
3.1.20.2.	Legitimidade Passiva.....	367
3.1.20.3.	Ônus da Prova.....	369
3.1.20.4.	Quanto ao art. 4º. I – o devedor.....	372
3.1.20.4.1.	Execução de Empresas Individuais.....	372
3.1.20.5.	Quanto ao inciso II – o fiador.....	375
3.1.20.6.	Quanto ao inciso III – espólio – e ao inciso VI – sucessores.....	376
3.1.20.6.1.	Sucessão “regular” do Devedor – pessoa jurídica	383
3.1.20.6.2.	Distrato Social.....	384
3.1.20.6.3.	Fusão ou Incorporação.....	385
3.1.20.6.4.	Alienação de Fundo de Comércio.....	385
3.1.20.6.5.	Quanto ao inciso IV – a massa.....	386
3.1.20.6.6.	Quanto ao inciso V – o responsável, nos termos da lei, por dívidas, tributárias ou não, de pessoas físicas ou pessoas jurídicas de direito privado.....	386
3.1.20.6.7.	Redirecionamento da execução fiscal.....	387
3.1.20.6.8.	Situações que Justificam o Redirecionamento	387
3.1.21.	Aprofundamento – (In)compatibilidade do Instituto da Desconsideração da Personalidade Jurídica na Execução Fiscal	406
3.1.22.	Direto ao ponto quanto às conclusões e unanimidades	416
3.1.22.1.	Aprofundamento – responsabilidade de grupos economicos – Art. 124 do CTN	419
3.1.23.	Breve resumo de tudo – hipóteses em que se admite o redirecionamento.....	426
3.1.24.	Breve resumo de tudo – hipóteses em que não se admite o redirecionamento.....	428
3.1.25.	Projeto de Lei 2.488/2022 – redirecionamento e IDPJ	428
3.1.26.	Fluxo do Processo Judicial Tributário e esquemas.....	429
3.1.26.1.	Petição Inicial e Execução da CDA	431
3.1.26.2.	Presunção de Liquidez e Certeza.....	431
3.1.26.3.	Fluxo da obrigação tributária.....	431
3.1.27.	Da petição inicial (art. 6º).....	432
3.1.27.1.	Aprofundamento: Ajuizamento seletivo para a propositura da execução fiscal federal.....	435
3.1.27.2.	Aprofundamento: Requisitos para a execução fiscal de “pequeno valor” – extinção pelo Poder Judiciário	436
3.1.27.3.	Aprofundamento crítico.....	442
3.1.27.4.	Do projeto de Lei 2.488/2022	449
3.1.28.	Da citação (arts. 7º e 8º).....	453
3.1.28.1.	Despacho do juiz (art. 7º da LEF).....	454

3.1.28.2.	Fixação de Honorários Advocatícios.....	455
3.1.28.3.	Interrupção da Prescrição pelo Despacho de Citação	457
3.1.28.4.	Modalidades de Citação.....	458
3.1.28.5.	Nomeação de Curador Especial.....	460
3.1.28.6.	Executado Domiciliado no Exterior.....	461
3.1.29.	Garantia e penhora nas execuções fiscais (arts. 9º a 15).....	461
3.1.29.1.	Depósito em dinheiro.....	462
3.1.29.2.	Fiança Bancária ou Seguro Garantia.....	463
3.1.29.2.1.	Aprofundamento: (Im)possibilidade de seguro garantia e fiança bancária suspenderem a exigibilidade de créditos tributários e não tributários.....	471
3.1.29.3.	Indicação de bens à penhora e aceitação de bens pela Fazenda Pública.....	475
3.1.30.	Penhora (art. 10).....	476
3.1.31.	Ordem de Penhora, intimação e substituição dos bens penhorados (arts. 11 a 15).....	478
3.1.32.	Entendimentos jurisprudenciais sobre a penhora de bens.....	482
3.1.33.	Substituição dos bens penhorados (art. 15).....	524
3.1.34.	Julgados relevantes.....	527
3.1.35.	Defesa do executado (arts. 16 a 18).....	532
3.1.35.1.	A defesa do executado na execução fiscal – Embargos à Execução Fiscal.....	533
3.1.35.2.	Natureza Jurídica.....	534
3.1.35.3.	Cabimento.....	535
3.1.35.4.	Garantia do Juízo: Condição de Procedibilidade dos Embargos à Execução Fiscal.....	538
3.1.35.5.	Admissibilidade dos Embargos em caso de penhora insuficiente..	539
3.1.35.6.	Exceção: comprovação inequívoca de hipossuficiência patrimonial.....	541
3.1.35.6.1.	Aprofundamento: O simples fato de ser beneficiário da justiça gratuita não dispensa, por si só, a garantia de apresentar os embargos à execução fiscal.....	543
3.1.35.6.2.	Aprofundamento: Embargos à execução opostos por curador especial. Dispensa do oferecimento de garantia.....	543
3.1.35.7.	Termo Inicial para os Embargos à Execução Fiscal – Tempestividade da Oposição.....	544
3.1.35.8.	Diferença entre os Embargos do Devedor e Embargos à Execução Fiscal.....	547
3.1.35.9.	Múltiplas Penhoras e o Início do Prazo para Embargos.....	547

3.1.35.10.	Prazo para Embargar nos Casos de Execução por Carta Precatória.....	547
3.1.35.11.	Reabertura do Prazo para Embargos.....	548
3.1.35.12.	Prazo para Embargar nos Casos de Múltiplos Executados.....	548
3.1.35.13.	Prazo para Embargar sem a Necessidade de Garantia Prévia	549
3.1.35.14.	Aprofundamento: O prazo para Embargar para empresas falidas e as Alterações da Lei de Recuperações e Falências.....	549
3.1.35.15.	Efeito Suspensivo dos Embargos e Aplicação Subsidiária do CPC551	
3.1.35.16.	A Amplitude da discussão em sede de Embargos.....	555
3.1.35.17.	Matérias Vedadas em Sede de Embargos.....	557
3.1.35.17.1.	Aprofundamento: O pedido de habilitação de créditos apresentado ao fisco acarreta a suspensão do prazo prescricional para o pleito compensatório.....	559
3.1.35.18.	Honorários na Lei de Execução Fiscal (art. 26).....	562
3.1.35.18.1.	Aprofundamento: Possibilidade de aplicação do princípio da equidade e proporcionalidade, previsto no art. 85, § 8º, do CPC, para afastar a fixação de honorários advocatícios em valor exorbitante (Tema 1255 do STF)	563
3.1.35.19.	As provas a serem produzidas: a obrigação do Embargante.....	569
3.1.35.20.	A ausência de impugnação aos Embargos e os efeitos da revelia.....	570
3.1.36.	A Sentença e a Esfera Recursal na Execução Fiscal.....	571
3.1.36.1.	A Sentença nos Embargos.....	571
3.1.36.2.	Recursos Contra a Sentença.....	571
3.1.36.2.1.	Agravo de Instrumento	572
3.1.36.2.2.	Remessa necessária	572
3.1.36.3.	Embargos Infringentes de Alçada.....	575
3.1.37.	Exceção de pré-executividade.....	578
3.1.37.1.	Conceito, Histórico e Natureza Jurídica da Exceção de Pré-Executividade.....	579
3.1.37.2.	Objeto e Hipóteses de Cabimento	581
3.1.37.3.	Procedimento.....	586
3.1.37.4.	Cabimento de Honorários.....	586
3.1.37.5.	Aprofundamento: Crítica ao alargamento e uso abusivo da Exceção de Pré-Executividade nas Execuções Fiscais.....	595
3.1.37.6.	Outras jurisprudências relevantes sobre os meios de defesa	596
3.1.38.	Demais disposições sobre execução fiscal (arts. 19 ao 41).....	606
3.1.38.1.	Alienação Antecipada.....	608
3.1.38.2.	Arrematação por preço vil.....	611

3.1.38.3.	Parcelamento da Arrematação.....	611
3.1.38.4.	Alienação por iniciativa particular	613
3.1.38.5.	Jurisprudência	615
3.1.38.6.	Adjudicação: Aspectos e Aplicações.....	617
	3.1.37.6.1. Jurisprudência	619
3.1.38.7.	Natureza da Decisão de Primeira Instância.....	620
3.1.38.8.	Condenação em Honorários.....	621
3.1.38.9.	Requisitos para a Reunião de Processos	625
3.1.38.10.	O concurso de preferência entre pessoas jurídicas de direito público	626
	3.1.38.10.1. Aprofundamento: consequências do julgamento da ADPF 357.....	629
3.1.39.	Recuperação Judicial e Falência - impactos e a relação com a Execução Fiscal.....	630
3.1.39.1.	Execução Fiscal e os Processos de Falência e Recuperação Judicial.....	630
	3.1.39.1.1. Falência	631
	3.1.39.1.2. Execução Fiscal Autônoma	635
	3.1.39.1.3. Competência para Classificação de Créditos e Possibilidade de Redirecionamento	636
	3.1.39.1.4. Suspensão da Execução Fiscal	642
	3.1.39.1.5. Art. 191 do CTN: Extinção das Obrigações do Falido.....	646
	3.1.39.1.6. Repercussões da Decretação da Falência nos Privilégios e na Exigibilidade do Crédito Fiscal.....	647
	3.1.39.1.7. Prescrição Ordinária e Intercorrente na Execução Fiscal em Face de Massa Falida.....	649
	3.1.39.1.8. Execução Fiscal x Recuperação Judicial	651
	3.1.39.1.9. Em resumo.....	657
3.1.40.	Art. 38: Discussão Judicial da Dívida Ativa da Fazenda Pública	659
	3.1.40.1. Mandado de Segurança	659
	3.1.40.2. Ação Anulatória e Ação Declaratória	660
	3.1.40.3. Ação de Repetição de Indébito.....	661
	3.1.40.4. Isenção de emolumentos cartorários.....	662
	3.1.40.5. Isenção de Atos Judiciais.....	662
	3.1.40.6. Ressarcimento de Custas	663
3.1.41.	Prescrição intercorrente da execução fiscal.....	667
	3.1.41.1. Aprofundamento: Casos especiais	685
3.1.42.	Julgados relevantes em execução fiscal	685

3.1.43.	Principais Novidades do Projeto de Lei 2.488/2022 em Relação à Lei de Execução Fiscal (Lei 6.830/1980)	699
3.2.	MEDIDA CAUTELAR FISCAL	701
3.2.1.	Medida Cautelar Fiscal: Noções Gerais	702
3.2.2.	Fundamentos da Medida Cautelar Fiscal	703
3.2.3.	Legitimidade Ativa	704
3.2.4.	Espécies de Medidas Cautelares Fiscais.....	704
3.2.5.	Medida Cautelar Fiscal Sem Crédito Constituído: exceções.....	704
3.2.5.1.	Taxatividade	709
3.2.5.2.	Ônus da Prova.....	709
3.2.5.3.	Créditos Suspensos e jurisprudência.....	709
3.2.5.4.	Art. 2º da Lei 8.397/1992: Medida Cautelar Fiscal – Sujeito Passivo e grupos econômicos	711
3.2.6.	Medida Cautelar Fiscal Contra a Fazenda Pública.....	716
3.2.6.1.	Autonomia das Hipóteses de Cabimento e breves comentários aos incisos do art. 2º	717
3.2.7.	Art. 3º – Requisitos para Concessão da Medida Cautelar Fiscal.....	723
3.2.7.1.	Necessidade de Concessão da Liminar.....	723
3.2.7.2.	Recurso Cabível.....	723
3.2.7.3.	Requisitos para Concessão da Liminar	723
3.2.8.	Art. 4º – Efeitos da Decretação da Medida Cautelar Fiscal	724
3.2.8.1.	Limites e responsabilidade.....	724
3.2.9.	Competência	726
3.2.10.	Art. 6º Requisitos da petição inicial – necessidade de fundamentação	728
3.2.11.	Citação.....	730
3.2.11.1.	Art. 9º – Revelia.....	730
3.2.11.2.	Intimação para Conciliação ou Mediação.....	731
3.2.12.	Prazo para Propor Medida Cautelar Fiscal Preparatória.....	732
3.2.13.	Tratamento no CPC.....	732
3.2.13.1.	Natureza do Prazo.....	733
3.2.13.2.	Início do Prazo e Exigibilidade Administrativa	733
3.2.13.3.	Ausência de prazo em Dobro	734
3.2.14.	Pendência da Eficácia – art. 13.....	734
3.2.15.	Revogação da Medida Cautelar Fiscal	734
3.2.16.	Eficácia na Suspensão do Crédito Fiscal.....	735
3.2.17.	Apensamento da Ação Cautelar	737
3.2.18.	Efeitos, na Execução Fiscal, do Indeferimento da Medida Cautelar Fiscal (artigo 15).....	737

3.2.19. Inexistência de Coisa Julgada Material na Medida Cautelar Fiscal e Efeitos na Execução Fiscal – art. 16.....	739
3.2.20. Apelação na Medida Cautelar Fiscal.....	740

CAPÍTULO 4 – PROCESSO JUDICIAL TRIBUTÁRIO – AÇÕES ANTIEXACIONAIS 741

4.1. AÇÃO ANULATÓRIA.....	741
4.1.1. Distinções entre Ação Anulatória, Ação Declaratória e Ação de Repetição de Indébito.....	742
4.1.2. Tipos e características da ação anulatória	744
4.1.3. Competência para Ação Anulatória	746
4.1.4. Ação Anulatória Proposta em Vara Comum e Criação Posterior de Vara Especializada em Execuções Fiscais.....	748
4.1.5. Ação Anulatória vs Embargos à Execução Fiscal.....	749
4.1.6. Prescrição.....	751
4.1.7. Depósito Preparatório e Suspensão Da Exigibilidade Do Crédito Tributário	754
4.1.8. Outras Hipóteses de Suspensão	756
4.1.9. Jurisprudências relevantes.....	757
4.2. AÇÃO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO.....	759
4.3. APROFUNDAMENTO: DIREITO À RESTITUIÇÃO DAS PARCELAS CUJO RECOLHIMENTO INDEVIDO TENHA SIDO COMPROVADO PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA.....	775
4.4. AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO.....	776
4.5. AÇÃO DECLARATÓRIA.....	780
4.5.1. Diferença entre Ação Declaratória Pura e Ação Declaratória Mista.....	780
4.5.2. A Ação Declaratória e o Art. 38 da Lei de Execuções Fiscais.....	781
4.5.3. Ação declaratória de inexistência de relação jurídica – interesse de agir	781
4.5.4. Lançamento para Prevenir Decadência.....	783
4.5.5. Ação Declaratória Incidental.....	786
4.6. OFERECIMENTO CAUTELAR DE CAUÇÃO.....	787
4.7. MANDADO DE SEGURANÇA EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA.....	791
4.7.1. As características do MS.....	792
4.7.1.1. Aprofundamento: O mandado de segurança não é o instrumento processual adequado para o controle abstrato de constitucionalidade de leis e atos normativos.....	797
4.7.2. Vedação à concessão de liminar	812
4.7.2.1. Aprofundamento: direito à compensação na visão do STJ – Parte 1.....	814

4.7.3.	Prova Pré-constituída	818
4.7.3.1.	Aprofundamento: direito à compensação na visão do STJ – Parte 2 – limites e possibilidades – com base no REsp n. 2.135.870/SP	822
4.7.4.	Uso abusivo do Mandado de Segurança	827
4.7.5.	Desistência em Mandado de Segurança	827
4.7.6.	(In)viabilidade de intervenção em processo de MS.....	829
4.7.7.	Falecimento da Parte em Mandado de Segurança	830
4.7.8.	Julgados relevantes.....	831
4.8.	AÇÕES COLETIVAS: LEGITIMIDADE DAS ASSOCIAÇÕES NAS DEMANDAS TRIBUTÁRIAS ENVOLVENDO DIREITOS DOS ASSOCIADOS.....	838
4.8.1.	Ação tributária antiexaccional proposta por associação em defesa de direitos dos associados	838
4.8.2.	Limitações das ações coletivas	851
4.8.3.	Execução do julgado nas ações coletivas.....	851
4.8.4.	Honorários Sucumbenciais em ações coletivas em face da Fazenda Pública: Manutenção do entendimento da Súmula nº 345 do STJ.....	852
4.9.	MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO	854
4.9.1.	Legitimidade Ativa e requisitos.....	854
4.9.2.	Direitos Protegidos pelo <i>Writ</i> Coletivo.....	855
4.9.3.	A Coisa Julgada no <i>Writ</i> Coletivo	855
4.9.4.	Procedimentos e divergências da Coisa Julgada Coletiva.....	856
4.9.5.	A Execução Individual do Julgado Coletivo.....	857
4.10.	CESSAÇÃO DA EFICÁCIA DA COISA JULGADA	862
4.10.1.	Aprofundamento: Ação rescisória e a adequação ao Tema 69/STF- Flexibilização da coisa julgada e a interpretação do art. 535, § 8º, do CPC (REsp 2.054.759-RS e REsp 2.066.696-RS)	873
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS		877